



Foto: Eliana Assumpção

Avaliação e “cultura de índices”

É essencial publicar, mas devem-se respeitar as particularidades das áreas, o que nem sempre ocorre

Ricardo Antunes Azevedo

O cenário brasileiro mudou significativamente nos últimos anos. Apesar da reconhecida importância da divulgação dos dados via publicações em periódicos especializados, a universidade e as agências financiadoras de fomento à pesquisa e nossa própria cultura acadêmica não nos pressionavam a publicar com tamanha intensidade como ocorre nos dias de hoje. Criou-se uma cultura de “índices”, que se por um lado pode ter ultrapassado o limite do aceitável, não pela própria definição dos mesmos, mas pelo uso incorreto ou inapropriado em diferentes situações, por outro serviu para melhor qualificar nossas atividades de pesquisa. É a história do remédio amargo!

Nos últimos anos, foram criados vários modelos para ranquear universidades. Todos apresentam falhas e se baseiam em parâmetros que vão desde a visibilidade da instituição pelo seu portal (website), até o número de publicações em periódicos de alto impacto e de ganhadores do prêmio Nobel, o que resulta numa grande variabilidade na posição ocupada pelas universidades nestes rankings, apesar de que as instituições reconhecidas de ponta dominam as primeiras posições. A consequência é que muitas instituições têm procurado estimular a melhoria de alguns parâmetros e melhorar a posição nestes rankings, o que é perfeitamente aceitável e justificável.

Apesar de parecerem óbvios, certos aspectos do tema publicação científica são corriqueiramente desconsiderados ou mal avaliados pela comunidade acadêmica e pelas agências de fomento, que na verdade só o fazem porque somos nós mesmos que compomos e decidimos os parâmetros utilizados por elas. Não existe dúvida que

a máxima “publish or perish” teve um impacto significativo na comunidade científica. Atualmente, temos parâmetros para avaliar as publicações (os índices), mas como analisar o real impacto da produção? É essencial publicar; porém, devem-se respeitar as particularidades e peculiaridades de cada área, o que não necessariamente ocorre.

Ao selecionar um periódico para a publicação de um manuscrito, é comum a consulta do seu Fator de Impacto (FI), um índice do Institute for Scientific Information. Porém, até que ponto o FI é importante? Talvez este seja o índice mais mal utilizado pela comunidade. Não há dúvida de que é um referencial importante e deve ser considerado, mas até onde? Já existem vários casos de manipulação do FI por editores, como, por exemplo, estimulando a taxa de autocitações. Quantas vezes ouvimos colegas preocupados com suas bolsas de produtividade por não terem artigos publicados em periódicos com alto FI? Mas será que não é mais importante o número de citações recebidas por um artigo, independentemente do FI do periódico onde ele foi publicado? Todas as situações são possíveis, a questão chave é saber reconhecer e dar o devido valor à divulgação da informação.

Uma coisa é certa: periódicos tradicionais em suas áreas são sempre respeitados, independentemente de variações em seus FIs. Mesmo assim, o FI está presente no nosso dia a dia; alguns comitês de área do CNPq até definem formas de considerar o FI na avaliação para conceder auxílios e bolsas, principalmente de produtividade em pesquisa. O Qualis-Capes foi definido quase que essencialmente pelo FI. E os livros? E os capítulos de livros? Como avaliá-los? Se a editora é nacional ou internacional? Se é especificamente para ensino básico, ou superior ou técnico? Qual o impacto na visibilidade

da ciência brasileira e nosso processo editorial com a indexação de periódicos no Journal Citation Reports, SCImago, Scopus? E a questão quantidade/qualidade de artigos? E o tal do Índice “H” do pesquisador?

Sim, é essencial trabalhar no sentido de aumentar a produção de artigos e de preferência em periódicos indexados em bases de amplo acesso internacional, dando maior visibilidade tanto ao grupo como à instituição e ao País. Também é importante aumentar a capacidade de captar recursos, porém, mais importante ainda é avaliar o custo da produção gerada, um tipo de “custo-benefício”. Ou seja, qual o custo de um artigo publicado e seu impacto?

As universidades, os institutos de pesquisa e as agências de fomento devem estimular a divulgação da ciência, porém, acredito que o mais importante é que exista bom senso por parte de todos os agentes envolvidos, para não se desvirtuar o processo de avaliação. O assunto sempre será polêmico, mas foi isto que fez com que déssemos um bom passo na melhora da qualidade da nossa ciência. Acredito que o próximo passo é qualificar a pesquisa em termos da real contribuição para a área.

Ricardo Antunes Azevedo é professor do Departamento de Genética da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (Esaq-USP).

Este artigo está disponível no “Debate acadêmico” do Portal Unesp, no endereço <<http://www.unesp.br//noticia.php?artigo=6980>>.

Este texto não reflete necessariamente a opinião do Jornal Unesp.